

Crédito em 2026: entre juros altos e a disputa pelo futuro do financiamento no Brasil

Por fora, o mercado de crédito brasileiro chega a 2026 sob o signo da contradição. Por dentro, vive uma transformação estrutural que pode redefinir — ou aprofundar — desigualdades históricas no acesso ao financiamento.

A convivência entre uma política monetária persistentemente restritiva e uma revolução digital acelerada desenha um sistema financeiro de duas velocidades, no qual o custo do dinheiro continua alto para a maioria, enquanto nichos específicos passam a acessar crédito mais barato, ágil e tecnicamente sofisticado.

Mesmo com a inflação relativamente controlada, o crédito segue caro, escasso e seletivo. O resultado é um freio estrutural ao crescimento econômico, à capacidade de investimento das empresas e ao consumo das famílias — em especial das camadas mais vulneráveis e dos pequenos negócios.

As projeções para 2026 apontam para um ambiente macroeconômico pouco favorável à expansão do crédito. Segundo estimativas de mercado, a taxa Selic deve permanecer em torno de 12,75% ao ano, enquanto o PIB cresce apenas 1,6%, ritmo insuficiente para destravar um ciclo robusto de investimentos. A inflação, medida pelo IPCA, tende a ficar próxima ao teto da meta, em torno de 4,16%, fornecendo ao Banco Central o argumento técnico para manter a política monetária restritiva.

Esse cenário revela que o problema do crédito no país é menos conjuntural e mais político-econômico: trata-se de um modelo que combina juros altos, spreads elevados e forte concentração bancária. A manutenção da Selic em patamar elevado não pode ser explicada apenas pela inflação corrente. Há dois vetores centrais que funcionam como piso estrutural dos juros no Brasil.

O primeiro é o fato de todo o combate à inflação estar centrado no câmbio. A lógica da Selic é simples. Aumentando a Selic, aumenta o fluxo de dólares para o país, apreciando o Real e reduzindo o preço (em reais) dos produtos com cotação internacional.

Para tanto, o indicador mais relevante é o carry trade – o ganho proporcionado pela operação de tomar crédito em moeda forte e aplicar em reais, sendo remunerado pela Selic. Os dois fatores fundamentais são o diferencial de juros e as expectativas de correção cambial.

O segundo vetor é externo. Com juros elevados e um déficit fiscal americano que gira em torno de 7,5% do PIB, o Federal Reserve (o Banco Central dos Estados Unidos) encontra pouco espaço para cortes agressivos. Para evitar fuga de capitais e manter o fluxo de investimentos estrangeiros, o Brasil precisa oferecer um prêmio de risco elevado — o que se traduz em juros altos por mais tempo. Há quem considere o prêmio de risco excessivo.